

A soberania sul-africana em questão: crises econômicas, ecológicas, subimperialismo e resistências sociais⁺

Trevor Ngwane^{*} e Patrick Bond^{**}

Resumo: O desenvolvimento da economia política contemporânea da África do Sul ocorreu no contexto de uma ordem capitalista global caracterizada por relações políticas e econômicas cada vez mais desiguais entre e dentro dos países. Antes da libertação em 1994, muitas pessoas em todo o mundo apoiavam ativamente a luta contra o *apartheid*. Se o Estado do *apartheid* foi derrotado, manteve força suficiente para limitar uma transição radical. Desde 1994, a diminuição da soberania significa que as influências estrangeiras do capitalismo global amplificam as contradições socioeconômicas locais de uma forma destrutiva para a maioria dos cidadãos. Isso é evidente quando se consideram aspectos econômicos, ecológicos, geopolíticos e societais.

Palavras-chave: África do Sul. Soberania. Crise. Subimperialismo. Resistências Sociais.

⁺Traduzido por Carlos Eduardo Martins de NGWANE, T.; and BOND, P. South Africa's Shrinking Sovereignty: Economic Crises, Ecological Damage, Sub-Imperialism and Social Resistances. *Vestnik RUDN. International Relations*, v. 20, (1), p. 67-83, 2020.

^{*} Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade de Johannesburgo.

^{**} Professor e pesquisador da Escola de Governo da Universidade do Cabo Ocidental.

Introdução

A África do Sul é considerada a sociedade mais desigual do mundo (o coeficiente de renda de Gini, alcança 0,79 antes das transferências estatais), e Johannesburgo é a cidade mais importante do país mais desigual do mundo (de acordo com a razão de Palma, a 13,4) (Banco Mundial 2014; EuroMonitor, 2017). Uma batalha maciça para corrigir o componente racial da desigualdade – o legado colonial e do *apartheid* – foi parcialmente ganha em 1994, mas as injustiças econômicas se agravaram depois disso. Em um contexto global neocolonial e adverso de relações de poder Norte-Sul, os sul-africanos estão sendo privados de elementos-chave da sua soberania nacional. Muitas decisões importantes, político-econômicas e ambientais, são tomadas sem sua participação, e sem benefícios significativos para si mesmos. E embora a África do Sul seja geralmente considerada a segunda ou a terceira maior economia da África (atrás da Nigéria e às vezes do Egito), e embora de 1930-1980 a economia tenha atingido um alto grau de industrialização (a manufatura atingiu um quarto do PIB), ela se desindustrializou rapidamente durante os anos 1990. Seu papel “subimperial” é crescente, embora o neoliberalismo permita que os benefícios financeiros da dominação regional escapem do país. Grande parte dos lucros retirados do continente foi exportada via Johannesburgo, com fluxos financeiros ilícitos e os recursos naturais esgotados, deixando tanto a África como a África do Sul cada vez mais pobres.

Quando Nelson Mandela foi libertado da prisão em 1990, havia esperança não apenas para o país, mas para o continente, visto que os quadros do Congresso Nacional Africano (ANC) foram exilados principalmente em Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue, onde testemunharam a era do ajuste estrutural dos anos 1980. Os resultados, entretanto, foram decepcionantes. A elite política sul-africana comprometeu o país com um caminho capitalista neoliberal que subdesenvolveu grandes segmentos da economia e da sociedade. Sul-africanos de todas as camadas sociais reconhecem que o país está em crise. Apontam as falhas regulares de energia elétrica (*loadshedding*), os níveis recordes de desemprego (perto de 40%) e de pobreza (cerca de 65% abaixo de US\$3/dia), a corrupção no setor privado e estatal (*State capture*), a violência extremamente grave, com dimensões de gênero e de abuso de crianças, o ressurgimento do racismo e da xenofobia, e outros sintomas mórbidos de uma sociedade e uma economia que clamam por mudanças.

As páginas abaixo resumem argumentos mais extensos que alimentam o “Relatório Alternativo sobre a África” (AROA), um projeto em andamento que a ONG senegalesa ENDA e a rede intelectual pan-africana Codesria estão desenvolvendo contra o Consenso de Washington. Usando o conceito de “soberania”, argumentamos que, setor por setor, o caminho de desenvolvimento neoliberal escolhido pela elite sul-africana fracassou. Há a necessidade de uma abordagem muito diferente, fundamentada em realidades locais e necessidades ecossociais. Identificamo-nos fortemente com o que a AROA busca, em termos continentais: uma nova interpretação da África para trazer à tona visões endógenas e lutas capazes de melhorar o bem-estar das populações.

Para isso, recorreremos às tradições de *protesto* de numerosas comunidades, sindicatos, jovens e ativistas de gênero e movimentos sociais que contestam a injustiça. O desejo tanto de soberania nacional quanto de soberania popular – por mulheres, tra-

balhadores, jovens, ambientalistas e todos os povos oprimidos, separadamente e juntos em unidade – é extremamente poderoso na África do Sul, e em muitos casos tem sido dirigido contra como as relações econômicas globalizadas as têm limitado. Tendo como pano de fundo o crescente nível de conflito social na África do Sul, tomamos como argumento fundacional a seguinte preocupação expressa pela AROA:

Nas sociedades capitalistas, o bloco social dominante sempre concebe a soberania nacional como um instrumento para promover seus interesses de classe; isto é, a exploração capitalista do trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, a consolidação de suas posições no sistema mundial. Hoje, no contexto de um sistema globalizado liberalizado dominado pelos monopólios financeiros da “tríade” (Estados Unidos, Europa, Japão) e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), a soberania nacional é o instrumento que permite às classes dominantes manter suas posições competitivas dentro do sistema. (2019, p. 4).

A esse respeito, dado que o exercício da soberania não pode ser alcançado sem uma estratégia radical de desconexão do sistema capitalista globalizado, como disse Samir Amin a uma reunião da AROA de 2017 em Dakar, aceitamos seu desafio:

O objetivo é identificar as invariantes e incipientes mudanças em ação na África, no início do século XXI. Esta identificação analítica deve levar a propostas de cenários a partir dos quais estratégias podem ser definidas e propostas a nível nacional, sub-regional e continental. (AROA, 2019, p. 1, 4).

Nossa conclusão visa fazer exatamente isso, recorrendo a duas grandes correntes de pensamento: a *delinking* de Samir Amin (1990) e o *commoning*, um novo conjunto de experiências ecossocialistas-feministas, antirracistas, anti-imperialistas, das quais a campanha para adquirir tratamento gratuito para a aids foi mais espetacular porque transformou a propriedade intelectual sobre os medicamentos em um bem público, salvando milhões de vidas, ao rejeitar o Sistema de Propriedade Intelectual da Organização Mundial do Comércio e ganhar isenção (i.e. *delinking*).

Uma razão para essa ser uma luta tão difícil para as pessoas vivendo com HIV, foi a relutância do governo de Pretória em 2000-2004 em exigir a soberania para tratar seus cidadãos. Assim, este artigo começa por abordar o enfoque às vezes paroquial da liderança política e dos principais intelectuais, que renunciaram à soberania de suas próprias mentalidades antes, durante e depois da transição da África do Sul para a democracia em 1994. A segunda seção mostra como esse resultado desafortunado refletiu uma lógica de concessões econômicas no contexto da financeirização e de crises capitalistas, e como as consequências para o bem-estar do povo foram terrivelmente insatisfatórias.

O caráter superexplorador das indústrias extrativas e o fracasso na realização da reforma agrária, que estão relacionados ao fracasso em estabelecer a soberania alimentar, são explorados na terceira seção, juntamente a uma crítica à energia fóssil-dependente durante o agravamento da crise climática. A quarta aborda algumas das controvérsias associadas às novas tecnologias, destacando as estratégias e táticas de resistência social. A seção também examina as ameaças nas esferas militar, de segurança do Estado e de política externa, em que continuam a crescer as preocupações sobre

as tendências repressivas de Pretória; a capacidade de vigilância em lares ou regiões mais amplas, e sobre a xenofobia da classe trabalhadora. A conclusão retira lições centrais do relatório a fim de oferecer um cenário diferente, baseado no último quarto de século de resistência social desigual: um cenário certamente improvável, mas seguramente necessário, para uma segunda etapa de libertação, que vá além das conquistas democráticas de 1994 e promova a política ecossocialista, feminista, anti-imperialista dos “comuns”.

Soberania político-intelectual, do *apartheid* ao neoliberalismo

As atuais elites políticas sul-africanas – os principais quadros do Congresso Nacional Sul-Africano (CNA)¹ – são um produto da luta *antiapartheid* e, portanto, das aspirações de desenvolvimento centradas na esquerda e no Estado do século XX. Quando a libertação política foi alcançada em 1994, a conjuntura global foi desfavorável, levando à moderação do CNA sob a liderança de Mandela e, mais tarde, ao abandono das perspectivas orientadas para a classe trabalhadora e a soberania nacional. O fim do patrocínio soviético e das tradições social-democratas da Europa, e a ascensão do neoliberalismo econômico precipitaram a capitulação, afastando o CNA da Carta da Liberdade de 1955 e do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (PRD) de 1994, em direção ao programa de ajuste estrutural doméstico de 1996.

As razões eram internas e externas. A composição de classe da liderança do CNA e muitos aliados locais dentro do ‘Movimento Democrático de Massa’ (uma rede que, de 1983 a 1994, minou fatalmente o *apartheid* na África do Sul) refletiam as limitações das teorias e estratégias políticas associadas à ‘Revolução Democrática Nacional’. Elas sustentavam uma abordagem “em duas fases”: primeiro erradicar o racismo oficial e depois – em algum estágio futuro, distante – abordar a injustiça econômica. Externamente, as mudanças desfavoráveis no contexto político global – especialmente o colapso da URSS – não apenas desorientaram as elites do CNA, mas também as levaram a adotar um aparente pragmatismo ideológico consistente com a lógica e os interesses dominantes do capital global. As fraquezas de enfoque sobre economia política por parte da liderança do CNA debilitaram a direção e levaram à perda de soberania intelectual que o país vem sofrendo há mais de um quarto de século. Em última análise, as elites se permitiram desempenhar o papel de auxiliares do imperialismo, que é denominado por subimperialismo.

A adoção de políticas macroeconômicas neoliberais que gradualmente minaram as condições de vida da maioria prevaleceu sob as presidências de Mandela (1994-1999), Thabo Mbeki (1999-2008), Kgalema Motlanthe (2008-09, *pro-tempore* por oito meses), Jacob Zuma (2009-2018) e Cyril Ramaphosa (2018-presente). O que é extraordinário na África do Sul, no entanto, é que essa condição é mantida dentro do que são frequentemente governos nacionalistas africanos com retóricas bastante radicais, ainda que turbulentos. (Dois presidentes – Mbeki em 2008 e Zuma em 2018 – foram removidos em golpes palacianos.).

¹ Partido político e movimento social sul-africano que liderou as lutas contra o regime do *apartheid*. N.T.

Os intelectuais também perderam a soberania na era pós-*apartheid*. A originalidade das críticas teóricas sul-africanas em grande parte esmoreceu, pois muitos estudiosos importantes, cujo trabalho foi fundido com ideias *antiapartheid*, juntaram-se ao governo pós-1994. Adotando uma visão mais ampla das relações econômicas e sociais, as várias tradições sul-africanas de economia política radical foram sempre permeadas pela preocupação com a raça, a geografia e também, cada vez mais, com o gênero e o meio ambiente. Elas se juntaram nos estudos sobre as relações capital-trabalho *superexploradoras* que sustentavam o *apartheid*. Por exemplo, Ben Magubane periodizou a *funcionalidade* do racismo sul-africano em circuitos capitalistas superexploradores durante várias temporalidades. Durante o século XIX:

A fronteira em expansão do “capitalismo de colonos” viu o recrudescimento da pior forma de racismo. As antigas relações sociais do capitalismo utilitário e comercial, com seus conquistadores e escravos, foram substituídas pelo domínio do capital industrial, com sua *plantation* e escravos assalariados (MAGUBANE, 2001, p. 6).

As restrições raciais foram inicialmente consideradas principalmente relações de poder pelos economistas políticos. Como explicou um trotskista precoce, Moshe Noah Averbach (1936, p. 131), o trabalho migrante: “impediria a formação de um proletariado urbano estável e intergeracional que se acostumaría aos métodos tradicionais de organização e luta – sindical e política – das classes trabalhadoras da cidade”. Mas a Câmara de Minas também registrou como o sistema de “mão-de-obra barata” era crucial para sua rentabilidade (em testemunho oficial a uma comissão governamental de 1944):

As minas são capazes de obter mão de obra não qualificada a uma taxa inferior à normalmente paga na indústria, caso contrário, os meios de subsistência auxiliares desapareceriam e o trabalhador tenderia a se tornar um residente permanente na *Witwatersrand*², com exigências maiores. (WOLPE, 1972, p.434).

A preocupação central dos economistas políticos radicais permaneceu sendo a raça/classe no âmbito da produção. Embora cada vez mais trabalhadores comessem a viver permanentemente em cidades próximas a empregos de manufatura, ainda havia uma grande oferta de mão de obra migrante. De 1948 até os anos 1970, 3,5 milhões de pessoas foram retiradas à força para as reservas, que simplesmente não conseguiam lidar com as exigências ambientais que lhes eram impostas. Os “nativos tribais” migrantes não viviam, quando eram jovens, sob um sistema que exigia que as empresas pagassem a seus pais o suficiente para cobrir as mensalidades escolares, ou pagassem impostos para que as escolas do governo ensinassem os filhos dos trabalhadores. Quando doentes ou deficientes, esses trabalhadores eram frequentemente enviados de volta para suas casas rurais até estarem prontos para trabalhar novamente. Quando o trabalhador estava pronto para se aposentar, o empregador normalmente lhe deixava uma ninharia, não uma pensão que permitia aos idosos sobreviver com dignidade. Da juventude à doença até a velhice, o subsídio que cobria a criação, recuperação e velhi-

² Formação geológica complexa sul-africana, constituída por cadeias montanhosas ricas em quartzito e xisto e principal sítio da exploração mineira do ouro no mundo.

ce era fornecido por mulheres rurais africanas. Ann-Marie Wolpe (KUNN; WOLPE, 1978) acrescentou um ângulo feminista vital ao debate, tomando em conta o quanto a reprodução do trabalho masculino nos Bantustãos³ aumentou a taxa de lucro.

Um surto de protestos *antiapartheid* foi retomado quando o movimento trabalhista de Durban começou nos portos em 1973, sendo seguido pela revolta estudantil do Soweto de 1976. Com a desaceleração econômica iniciada por volta de 1974, a atenção dos economistas políticos passou da estabilidade e controle do *apartheid*-capitalista para a instabilidade e a crise. O discurso teórico mais amplo sobre raça e classe na África do Sul parecia ter atingido o auge nos anos 1970, e, nos anos 1980, a pesquisa sobre a natureza do modo de produção foi marcante com uma sondagem rigorosa e detalhada no contexto da busca de especificidade.

Quanto à dinâmica de mudança entre capitalistas e elites estatais, não apenas a conjuntura de meados dos anos 1980 dividiu os brancos entre os ingleses que dirigiam os negócios em Johannesburg e os *afrikaners* que dirigiam o governo em Pretória, mas o último grupo se dividiu em *verkramptes*⁴ amargos, que logo perderiam sua hegemonia anterior, e *verligtes*⁵ neoliberais, liderados por Frederik Willem de Klerk. Ele ganhou a Presidência em 1989 e seis meses depois libertou Mandela e revogou a proibição ao CNA, o Partido Comunista Sul-Africano, e outros movimentos de libertação muito menores. Essa mudança política foi devida à sobreposição de pressões e contradições que então borbulharam, incluindo protestos generalizados de municipalidades e revoltas no local de trabalho, diminuindo os lucros do capital superacumulado, que ficou exposto em razão do colapso do preço do ouro em 1980, das sanções oriundas da crescente deslegitimação política promovida pelas campanhas de resistência do CNA e da vulnerabilidade da economia ao poder financeiro mundial. Os financiadores internacionais tornaram-se subitamente hostis à Pretória em agosto de 1985, cancelando linhas de crédito após uma nova rodada de repressão do governo de Pieter Willen Botha; suas mãos foram forçadas a isso por ativistas solidários que promoviam sanções bancárias.

No final dos anos 1980, as grandes questões foram colocadas de novo na agenda, porque a classe capitalista da África do Sul exigia, pela primeira vez, o fim do *apartheid* formal. As razões para isso estão intimamente relacionadas à estagnação econômica e à crise financeira, mas o que era desconcertante era quão dramaticamente isso abalou muitos economistas políticos que, anteriormente, rejeitaram tão profundamente a tese liberal que o *apartheid* e o capitalismo eram incompatíveis. Ben Fine e Zav Rustomjee advertiram:

A relação entre teoria abstrata e aplicação empírica não é exclusiva do estudo da África do Sul. Mas a forma virulenta assumida por seu racismo dentro dos limites de uma economia predominantemente capitalista lançou dúvidas consideráveis sobre o simples expediente de examinar o desenvolvimento da África do Sul em termos de hipóteses derivadas de estruturas analíticas prontas. (1996, p. 21)

³ Espaços criados pela política do *apartheid* para dividir as etnias da população negra em territórios e privá-la da cidadania sul-africana, circunscrevendo-a exclusivamente a esses espaços.

⁴ *Afrikaners* que se opunham a qualquer reforma liberal no sistema de dominação do *apartheid*.

⁵ *Afrikaners* que aceitavam incluir reformas liberais no sistema de dominação do *apartheid*.

Sua própria abordagem foi institucionalista, identificando no complexo de mineração-energia, o nexos em torno do qual a acumulação, o Estado, as relações de trabalho e outros fenômenos econômicos poderiam ser compreendidos. Uma década depois, Fine (2008) também abordou o nexos da economia política pós-*apartheid* nos termos da financeirização, apontando que “a política macroeconômica foi projetada para administrar a capacidade dos conglomerados sul-africanos de desinvestir”.

Em contraste, intelectuais importantes do CNA – como Thabo Mbeki (2004) e Joel Netshitenzhe – justificaram as políticas econômicas neoliberais que herdaram e ampliaram, argumentando que a África do Sul estava sofrendo com “duas economias”, e os que ficaram de fora estavam “estruturalmente desligados da “primeira economia mundial” de nosso país”. No entanto, existem ainda muitas *conexões* estruturais que lembram os sistemas de migração trabalhista mais antigos. Líder juvenil do Partido Comunista sul-africano, e mais tarde, a partir de 2019, vice-ministro das Finanças, David Masedo (2007) observou que uma combinação de marxismo vulgar não construído e de teoria da modernização forneceu a base conceitual para o neoliberalismo contemporâneo, que se veste como a “primeira economia” desenhada na ‘segunda economia’ para um processo de mercado bem-sucedido. Além disso, Masedo (2007) advertiu que a estratégia da Revolução Democrática Nacional também tem sido utilizada por alguns intelectuais e dirigentes do CNA para justificar a incorporação neoliberal em curso da burguesia negra emergente na estrutura de acumulação de capital. O período subsequente do governo de Zuma, 2009-2018, levou muitos a concluir que a África do Sul sofria de “neopatrimonialismo”, já que grandes escândalos de corrupção (envolvendo as famílias Gupta e Watson) reduziram a liderança da África do Sul a uma caricatura.

Em nenhum momento da era pós-1994, os fundamentos da acumulação de capital baseados em indústrias extrativistas superexploradoras, representadas nas corporações multinacionais e na formação de classes parasitárias, jamais foram genuinamente questionados. O que temos visto neste primeiro quarto de século do governo do ANC é uma verdadeira falta de soberania política e intelectual, devido em parte ao pragmatismo dos líderes da África do Sul, incluindo o dos seus intelectuais. Para entender esse, pragmatismo é necessário revisitar a redução da soberania econômica da África do Sul, incluindo nela a capacidade do Estado de reverter os erros do *apartheid*.

A soberania econômica enfraquece durante crises capitalistas

Em 1933, o ensaio de John Maynard Keynes na *Yale Review*, “Economic self-sufficiency,” incluiu esta afirmação:

Eu simpatizo com aqueles que minimizariam, e não com aqueles que maximizariam, o emaranhado econômico entre as nações. Ideias, conhecimento, ciência, hospitalidade, viagens – estas são as coisas que deveriam ser internacionais por sua natureza. Mas que os bens sejam trocados em casa sempre que for razoável e convenientemente possível e, acima de tudo, que o financiamento seja principalmente nacional (KEYNES, 1933, p. 756).

Ignorando essa sabedoria, o CNA liberalizou a economia desde meados da década de 1990 (BOND, 2014). A soberania econômica foi perdida quando a elite pós-independência que governava capitulou aos interesses capitalistas e adotou a lógica do

Consenso de Washington. O estado do *apartheid* já estava caminhando para políticas neoliberais quando foi derrotado e assumido pelas forças de libertação nacional. A principal dinâmica do desenvolvimento político na transição do *apartheid* para a democracia ocorreu na esfera da acumulação de capital e suas consequentes crises. De fato, foi o capital que abandonou o regime do *apartheid* em favor de um regime democrático neoliberal pró-capitalista porque os problemas de baixa rentabilidade e acumulação de capital não puderam ser resolvidos dentro da velha estrutura racista, em parte devido às condições políticas voláteis criadas pela luta *antiapartheid*.

Em outras palavras, os novos líderes do CNA concordaram com e estavam dispostos a serem os representantes de interesses neoliberais globais; por exemplo, eles aceitaram um empréstimo do FMI em 1993 antes da transição para a democracia, relaxaram os controles cambiais de 1985, permitiram que grandes capitais listassem empresas nas Bolsas de Valores Europeias e norte-americanas, reduziram drasticamente os impostos das empresas, aderiram à Organização Mundial do Comércio em condições desvantajosas e caíram sob a influência das agências de classificação de crédito de Nova York: *Standard & Poors, Fitch e Moody's*. Mesmo antes de tomar o poder em 1994, a elite do CNA facilitou a diminuição da soberania econômica do país. As consequências para a sociedade foi o abandono das ambições pró-pobres em favor do programa Crescimento, Emprego e Redistribuição do Banco Mundial em 1996, exatamente dois anos após Mandela ter chegado ao governo com base nas promessas do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento. Apesar de expandir o que são essencialmente subsídios sociais “simbólicos” de US\$ 25-30/mês para mais de 11 milhões de crianças, bem como subsídios de US\$ 100/mês para outros poucos milhões de pensionistas, a política dominante na África do Sul tem sido a “assistência social corporativa”. As grandes empresas, sejam elas o “capital monopolista branco”, sejam provenientes de esquemas de Empoderamento Econômico Preto (EEP), beneficiaram-se mais das políticas pós-*apartheid*. A estratégia do EEP para nutrir uma pequena parcela negra burguesa aguçou o apetite de autoenriquecimento da elite negra e serviu para dar cobertura ao grande capital e legitimidade ao capitalismo.

A adoção de sistemas financeiros e monetários que servem aos interesses capitalistas contribuiu significativamente para a diminuição da soberania econômica. A gestão da economia da África do Sul tem sido caracterizada pela frouxidão de supervisão, desregulamentação, corrupção corporativa e excessiva especulação financeira. O novo governo aboliu a dupla taxa de câmbio *Finrand*, destinada a penalizar o *offshoring*; os requisitos de listagem corporativa foram removidos; e o domínio das sociedades construtoras sobre os empréstimos de títulos hipotecários residenciais desapareceu. As proteções contra a escalada da taxa de juros foram comprometidas ao permitir grandes isenções, possibilitando assim juros estatais excessivos, especialmente em pequenos empréstimos. A supervisão regulatória nessa época foi escassa, com escândalos repetidos associados a fluxos financeiros ilícitos, manipulação de moeda e outras fraudes corporativas. Muitas firmas internacionais de contabilidade e consultorias – mesmo KPMG, Bain, Deloitte, PwC, McKinsey e Hogan Lovells – estavam implicadas na corrupção associada às notórias firmas sul-africanas Eskom, Transnet, Steinhoff, Tangaat, VBS Bank e African Bank, entre outras. Durante a década de 2010, a classe

capitalista da África do Sul foi repetidamente classificada pela PwC em a mais propensa à criminalidade corporativa do mundo (BOND; MALIKANE, 2019).

Muitas dessas mudanças políticas nas esferas fiscal, monetária e de regulamentação financeira foram resultado de pressões internacionais. A política interna nessas áreas foi dominada, comprometendo assim a soberania. Os trabalhadores e os pobres pagam caro e permanecem aprisionados à herança de classe, raça e desigualdade de gênero da África do Sul. Exemplos específicos de pressão internacional incluem a compulsão do novo governo democrático a pagar os US\$ 25 bilhões do *apartheid*⁶; a relação tutor-aluno com as instituições de Bretton Woods; e a inserção da África do Sul na Organização Mundial do Comércio, que levou à redução de suas tarifas sobre produtos manufaturados. Essas observações apontam a inserção negativa da África do Sul na ordem capitalista global, e sugerem o acerto da estratégia de Samir Amin de desligamento das relações internacionais mais adversas (BOND, 2014).

A campanha do Jubileu 2000 pediu ao novo governo que recusasse o pagamento dos 25 bilhões de dólares da “Dívida Odiosa” do regime do *apartheid* repassada à democracia em 1994, o que foi repetidamente recusado por Mandela e Mbeki. Essa dívida disparou para 180 bilhões de dólares em 25 anos, porque seu pagamento foi agravado pela saída de lucros, dividendos e juros, especialmente depois de 2001. Empresas multinacionais e empresas sul-africanas que haviam se mudado para o exterior drenaram reservas de divisas. A taxa de juros que Pretória pagou sobre empréstimos estrangeiros ao Estado foi, até 2020, a quarta maior do mundo entre os 45 países que emitiram títulos de dez anos (somente atrás de Turquia, Argentina e Paquistão – e maior até mesmo do que a Venezuela). Outros sintomas mórbidos de financeirização incluíram altos níveis de dívida corporativa, estatal e de consumo nos mercados de crédito locais.

A influência internacional nos mercados financeiros se faz presente também na principal Bolsa de Valores da África do Sul, a de Johannesburg, que no início de 2018 atingiu picos vertiginosos, a maior taxa de capitalização de mercado/PIB de um país da história moderna (mais de 350% de valorização). Em 2018, o *crash* de 20% do mercado foi causado principalmente pelas restrições do governo chinês à Tencent Videogames Marketing, em razão do grande investimento dessa empresa em um conglomerado de mídia sul-africano, o Naspers. Este se tornou a empresa mais rica do continente graças à sua feliz aposta de comprar um terço da Tencent por 35 milhões de dólares em 2001 (em 2018 esse investimento atingiu um valor superior a 150 bilhões de dólares). Em setembro de 2019, a Naspers transferiu o fluxo de lucros da Tencent para uma nova empresa em Amsterdã, a Prosus, o que diminuirá drasticamente a relação entre os pagamentos de dividendos locais e internacionais, enfraquecendo ainda mais a soberania econômica da África do Sul.

Entre 2015 e 2017, o nível relativamente alto de entrada de dividendos na África do Sul em relação às saídas de capital, próximo a 60%, situou-a fortemente dentro de

⁶ N.T. O autor se refere à dívida externa herdadas pelo novo governo do regime do *apartheid*: 40% do total era oriunda da reestruturação dos fundos de pensão públicos, US\$ 15 bilhões das dívidas eram governamentais e US\$ 10 bilhões do setor privado e do setor bancário, incluindo o Banco Central.

uma faixa (subimperial) entre 15-80 por cento, embora abaixo da faixa acima de 100 por cento, que impulsiona a acumulação de capital nas economias imperiais (SOUTH AFRICA RESERVE BANK, 2019)⁷. Os defensores do processo de globalização apontam para o super-ciclo de mercadorias 2002-2015, quando os preços de platina, carvão, minério de ferro e ouro ajudaram a impulsionar o aumento do Rendimento Nacional Bruto. Ainda assim, os anos de pico – 2003-08 – testemunharam um crescimento real do PIB que oscilou entre 2,5%-5,5%, muito abaixo do nível necessário para enfrentar as crises de desemprego, pobreza e desigualdade (WORLD BANK, 2020).

Extração extrema de recursos, má gestão da terra, fome e crise energética

O caráter superexplorador da ecologia política sul-africana é manifesto em diversas áreas: indústrias extrativas, abuso da terra, fome e dependência de combustíveis fósseis. Juntas, estas proporcionam outra abordagem da soberania, em relação aos recursos naturais. A contabilidade do patrimônio público do Fundo Monetário Internacional (2018) classifica o estado sul-africano dentre os principais países do mundo como resultado do vasto estoque de recursos minerais não renováveis. Entretanto, o esgotamento insustentável dos recursos nacionais e a má distribuição, somam-se à preocupação ecológica com a mudança climática, pois a economia sul-africana está atrás apenas do Cazaquistão e da República Tcheca em emissões equivalentes de CO₂ por unidade do PIB *per capita* (entre países com mais de 10 milhões de pessoas). As indústrias extrativas da África do Sul são altamente destrutivas do meio ambiente de várias outras formas, incluindo a destruição dos recursos de água doce, níveis recorde mundiais de emissões de óxido nitroso no ar e outras partículas, poluição oceânica, ameaças à fauna e à flora e redução da biodiversidade.

A extração dos minerais não renováveis da África do Sul também é um fator importante na diminuição da *riqueza* do país, outro reflexo da superexploração da economia natural por parte do capital. A riqueza nacional é agora calculada pelos economistas para incluir as mudanças produzidas por uma economia no capital humano e no capital natural (BANCO MUNDIAL, 2017). A medida da “Poupança Líquida Ajustada” (PLA) foi concebida para reformar a Renda Nacional Bruta (RNB) a fim de estimar a “poupança real”, ou seja, a depreciação do capital físico, os danos causados pela poluição e o esgotamento dos recursos naturais (vistos como débitos do RNB), bem como o investimento educacional (um crédito adicionado à RNB). A PLA é um sinal rude de progresso, à medida que os economistas de desenvolvimento se preocupam mais com a sustentabilidade. O preço que a Terra paga por sua exploração pela indústria extrativista capitalista é cada vez mais evidente, e embora nos oponhamos a qualquer comercialização desse processo por meio da contabilidade do capital natural (como o comércio de emissões ou compensações de biodiversidade), a medida aproximada do custo para países como a África do Sul faz parte do reconhecimento da “dívida ecológica” associada ao Antropoceno, especialmente o Capitaloceno, que tem impulsionado a destruição ambiental em nome do lucro.

⁷ N.T. No mesmo período, o Brasil se situava perto dos 15% e o México dos 40%. (SOUTH AFRICA RESERVE BANK, 2019).

Como isso muda anualmente, refletindo o esgotamento da riqueza associada às indústrias extrativas? As cinco principais categorias nas quais a produção anual deve ser ajustada para baixo são: 1) consumo de capital fixo na forma de depreciação de desgaste (14,3% da RNB da África do Sul); 2) danos de CO₂ (4,6%); 3) esgotamento mineral (1,1%); 4) esgotamento energético (0,7%); e 5) poluição do ar (0,4%) (BANCO MUNDIAL, 2017). O (controverso) ajuste ascendente dos gastos com educação é de 6% da RNB, embora se possa facilmente argumentar que a escolaridade sul-africana emperre por desvantagens estruturais (SPAULL, 2013). O resultado é um PLA total de 1,5% da RNB, e não os 16,8% considerados poupança bruta anual.

O informe das contas de capital fornecido pelo Banco Mundial (2017) permite maior contemplação da destruição da economia natural da África do Sul. Essas contas ainda não são suficientemente consistentes para comparar longos períodos de tempo, de modo a possibilitar avaliar o processo de depleção. Mas elas permitem uma maior decomposição do que é “natureza” preexistente (embora após vários séculos de intervenções coloniais) e do que a sociedade deve fazer esforços especiais para preservar. Existem, por exemplo, quase 300 “espécies ameaçadas”, incluindo 116 plantas superiores, 107 peixes, 46 aves e 26 mamíferos. A economia natural do pulmão humano também está ameaçada, com 100% da população com exposição a partículas PM2,5, índice superior aos níveis das diretrizes da Organização Mundial da Saúde; as taxas de mortalidade de menores de 5 anos são mais que o dobro da média dos países pares (de renda média alta). A economia natural hidrológica de água doce da África do Sul tem sofrido uma retirada maciça, dez vezes mais do que outras economias africanas e mais de cinco vezes a taxa de economias de pares de renda média alta. E o capitalismo sul-africano utiliza muito mais em todas as categorias de energia além da hidroelétrica, que outras economias africanas e de renda média alta.

A maior destruição vem na forma de emissões equivalentes de CO₂, que são onze vezes maiores para um sul-africano “médio” (aquela construção mítica), do que as 0,8 toneladas em média da África Subsaariana. Durante o período de 2015-2019, o bumerangue da destruição ecológica causada pelo abuso de combustíveis fósseis tornou-se evidente com várias secas debilitantes, ciclones e enchentes atribuídas às emissões de gases de efeito estufa. Na Cidade do Cabo, em 2017-2018, a restrição de fornecimento de água do “Dia Zero” da cidade foi quase violada, enquanto em 2019, Durban e arredores sofreram uma “bomba de chuva” de 150 mm em um dia que matou 71 pessoas. Malauí, Moçambique e Zimbábue sofreram dois ciclones em março-abril de 2019, com pelo menos mil pessoas mortas, e as secas no cinturão agrícola da África do Sul, especialmente em Karoo, Cabo Oriental e Cabo do Norte, causaram fome generalizada.

Ali e em toda parte, a soberania alimentar da África do Sul também é ameaçada pela exploração agroindustrial maciça, que inflaciona artificialmente os preços e diminui a qualidade. O setor é dominado por grandes agricultores comerciais, inclusive por um punhado de gigantes corporativos que impulsionam a disponibilidade, o preço, a qualidade, a segurança e o valor nutricional dos alimentos consumidos por todos os sul-africanos. Esse monopólio é regularmente abusivo; por exemplo, grandes produtores de moagem e panificação foram considerados culpados de fixar o preço do pão, do trigo e do milho por meio de cartéis. As investigações da Comissão de Concorrência também concluíram que as indústrias leiteira e pesqueira eram culpadas de fixação

de preços. O alto custo dos alimentos básicos resultou no fato de as famílias de baixa renda sofrerem uma taxa de inflação mais alta do que a população em geral (BOND; MALIKANE, 2019). Como resultado dessas táticas e da pobreza geral, estima-se que 11 milhões de pessoas vivenciem insegurança alimentar, ou seja, não sabem de onde vem sua próxima refeição (BOND; GALVIN, 2019). Cerca de 1,5 milhão de crianças com menos de 6 anos de idade têm o crescimento atrofiado devido à desnutrição crônica. A insegurança alimentar se caracteriza por tendências geográficas, é de gênero, e mais prevalente entre a população negra africana.

Da mesma forma, o conceito de soberania energética provou ser esquivo para a maioria da população da África do Sul (todos aqueles sem recursos para estabelecer seu próprio sistema solar ou geradores de energia a diesel). Desde 2008, o país tem enfrentado interrupções regulares de energia elétrica. Isso se deve tanto à insuficiência das velhas usinas elétricas a carvão para acompanhar as demandas energéticas do país, quanto às falhas de projeto em duas novas megaplantas à carvão. A economia está pagando caro como resultado da parada de máquinas em minas, fundições e outras indústrias dependentes de energia. Os setores doméstico, varejista e de serviços também são duramente atingidos.

A solução, de acordo com muitos movimentos sociais e ONGs preocupadas com essa questão, é que a África do Sul deixe de produzir energia através de combustíveis fósseis, e avance urgentemente em direção a fontes renováveis. Devido principalmente a interesses particulares no setor do carvão (o próprio Ramaphosa era um magnata do carvão antes de retornar ao governo em 2014), o governo tem sido muito lento, apesar da abundância de recursos solares e eólicos no país. Em vez disso, concordou em comprar eletricidade de “produtores de energia independentes” privados (principalmente empresas europeias) a preços elevados em comparação com o carvão. Os sindicatos do setor argumentam que seus empregos estão ameaçados pela descentralização e privatização da geração de energia, mas infelizmente não conseguiram uma massa crítica de apoio ao exigir uma transição justa genuína. Com a crise climática batendo à porta da humanidade, as elites sul-africanas parecem menos dispostas a fazer qualquer coisa para aliviá-la ou preparar-se para ela.

A economia do conhecimento, a vigilância do Estado, o poder subimperial e a xenofobia

A mesma incapacidade de implementar as mudanças radicais necessárias é evidente na esfera digital, em que líderes do governo sul-africano, líderes empresariais e acadêmicos adotam acriticamente o conceito da “Quarta Revolução Industrial” (4RI), como defendido por Karl Schwab (2016), *chairman* do Fórum Econômico Mundial. A evolução das novas tecnologias é apresentada como um desenvolvimento positivo, inevitável e não problemático. Como resultado, os sul-africanos não têm se vinculado às preocupações internacionais sobre a distorção dos sistemas de valores por meio da manipulação da mídia social e do poder (e agenda política) da engenharia social de Big Data. O debate sul-africano está centrado no impacto da 4RI e na suficiência de habilidades da sociedade em tecnologia da informação para colher os benefícios do suposto progresso humano. Essa narrativa mina a soberania na medida em que impõe

as perspectivas, projetos e prioridades do capital global – especialmente as empresas Big Data – no país e em todo o continente.

Os sul-africanos envolvidos em lutas contra aspectos da 4RI sugerem que esta é apresentada de forma descontextualizada e a-histórica, ignorando as mediações de classe, gênero, raça e geografia que moldam a tecnologia. Exemplos de resistência incluem a oposição generalizada à propriedade intelectual quando esta impede o acesso a medicamentos de ponta que salvam vidas, a sistemas de vigilância associados a formas injustas de mercantilização (por exemplo, medidores de água pré-pagos e pedágios eletrônicos nas rodovias), e à educação mercantilizada (resultando em uma luta bem-sucedida por educação superior gratuita para sul-africanos da classe trabalhadora). A campanha “Direito de Saber” fez a exigência de acesso ao celular ser considerada um direito humano.

Mas como a África ainda luta para “alcançar” a “segunda revolução industrial”, definida como eletrificação, estando muito mais distante da “terceira revolução industrial”, definida como digitalização, é evidente que a 4RI é uma miragem. A África do Sul tem uma taxa de desemprego muito alta, especialmente entre os jovens, mas Ramaphosa é eloquente sobre as supertecnologias de economia de trabalho incorporadas na 4RI, incluindo “cidades inteligentes” baseadas na Internet das Coisas. Uma abordagem mais respeitável e crítica da digitalização e da economia do conhecimento reconhecera os desenvolvimentos tecnológicos como incorporadores de todo tipo de preconceitos, o que pode levar a relações de poder ainda mais desiguais.

Um exemplo é a forma como os sistemas de vigilância têm sido utilizados pelo estado sul-africano contra ativistas. A inteligência militar e outros órgãos de policiamento do Estado espionam regularmente movimentos e organizações sociais engajados em protestos e outras atividades de oposição, o que acaba por encontrar expressão na violência estatal. Em 2012, essa realidade foi clara para todos durante o massacre de Marikana, em que 34 mineiros foram mortos a tiros em uma tarde por exigirem um salário que atendessem as necessidades de subsistência. A África do Sul provavelmente sofrerá mais protestos e greves enquanto a crise capitalista global continuar a atingir o país, em localização desvantajosa dentro da ordem econômica global. É provável que um governo sem soberania nacional sobre suas políticas econômicas, e, portanto, sem respostas a um eleitorado exigente e inquieto, responda com mais repressão.

Com certeza, a máquina de guerra da era do *apartheid* foi domada sob a nova ordem democrática, e as forças armadas foram, doravante, destinadas a serem utilizadas apenas para fins de manutenção da paz. O desenvolvimento de armas nucleares foi abandonado, e a capacidade de produção de armas do estado sul-africano se concentrou na venda de *hardware*, em vez de usá-lo, e em garantir que regimes repressivos fossem rejeitados como compradores. Entretanto, no final dos anos 1990, um notório acordo de armas significou a compra de equipamentos militares muito caros principalmente de fornecedores europeus, em processo que se caracterizou pela ganância, por propinas e por corrupção. Sem perder a oportunidade, o novo governo sul-africano vendeu armas letais a numerosos regimes repressivos, incluindo os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, durante a guerra ilegal no Iraque, para expulsar um antigo cliente autoritário com vastos recursos petrolíferos.

As nações africanas, e outros povos do mundo, apoiaram e se sacrificaram na luta para libertar a África do Sul dos grilhões do *apartheid*. Era legítimo esperar, que quando o país mais poderoso do continente fosse livre, ele ajudasse e até liderasse o enfrentamento ao enorme conjunto de desafios da África. Como tal, a África do Sul deveria estar na vanguarda de um projeto pan-africano que contestasse todas as características do neocolonialismo. Mas o desempenho da África do Sul na África e no mundo revela uma tendência preocupante da elite política de Pretória e dos capitalistas mais expansivos de Johannesburgo de escolher o caminho do neoliberalismo em vez de servir aos valores do pan-africanismo. Uma análise cuidadosa do *modus operandi* da África do Sul traz à mente a definição de “subimperialismo” do teórico da dependência brasileira Ruy Mauro Marini (1965, p. 22): “Não se trata de aceitar passivamente o poder norte-americano (embora a real correlação de forças muitas vezes leve a esse resultado), mas sim de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nesta expansão a posição de uma nação-chave.”

A África do Sul se posicionou desta maneira em muitas ocasiões. Durante a visita de George W. Bush à África do Sul em 2003, ele chamou Mbeki de seu “homem de referência” na África. Ainda antes, durante os anos 1990, o governo sul-africano adotou uma postura pró-ocidental dentro da Organização Mundial do Comércio. A Nova Parceria Neoliberal para o Desenvolvimento da África viu o Mbeki desempenhar um papel de liderança, calorosamente endossado pelo regime de Bush como “ponto de referência filosófico”. A África do Sul é o único país africano dentro do G20, e em 2017 dois de seus ministros de gabinete ajudaram a formar o “Pacto com a África” do G20, que visava subsidiar tanto os investimentos das empresas ocidentais quanto das empresas BRICS. O papel de Pretória nos BRICS ajudou a legitimar regimes repressivos nos outros quatro países parceiros, pois os BRICS promovem uma espécie de reforma de governança global (por exemplo, aumento das ações com direito a voto nas instituições de Bretton Woods) que tanto fortalece o controle pró-corporativo ocidental quanto restringe ainda mais a influência dos países mais pobres (redução de sua parcela no direito de voto e ajuste estrutural contínuo, sem nenhuma mudança na liderança do Banco Mundial e do FMI). O papel dos BRICS na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas tem sido especialmente ingrato, em aliança com o Ocidente para evitar que noções como dívida climática sejam reconhecidas. A esse respeito, Pretória escolheu o caminho de se colocar ao lado dos BRICS neoliberais e dos interesses corporativos ocidentais, em oposição a servir ao Pan-Africanismo na luta para alcançar a soberania.

Essa tomada de posição gerou também uma das contradições mais trágicas: a xenofobia desenfreada da classe trabalhadora sul-africana. A urbanização sob condições de crise capitalista está cheia de tensões e contradições. Altos níveis de desemprego, pobreza e desigualdade forçam muitas pessoas a se deslocarem de um lugar para outro, às vezes atravessando fronteiras provinciais ou nacionais, a fim de encontrar oportunidades econômicas. Muitos imigrantes acabam nas cidades porque o desenvolvimento econômico capitalista concentra o poder e os recursos no espaço urbano. Eles frequentemente não recebem ajuda ou apoio, mas são definidos como “o Outro” e rejeitados, especialmente quando envolvidos na competição pelo comércio (comércio em pequena escala), por emprego e moradia. O primeiro grande ataque foi em 2008

no município de Alexandra, Johannesburgo, e depois se espalhou pelo país, deixando 63 pessoas mortas. Outro surto nacional ocorreu em 2010, após a Copa do Mundo. Surto esporádicos, mas bastante frequentes, de xenofobia continuaram até 2019.

O Estado também é culpado por seu mau tratamento aos imigrantes, incluindo um Departamento de Assuntos Internos hostil, ineficiente e corrupto, o que dificulta a institucionalização jurídica das pessoas. Movimentos sociais progressistas têm se oposto à xenofobia, organizando marchas especialmente durante períodos de alta tensão e após os ataques. A xenofobia mina a luta dos trabalhadores e de suas comunidades ao dividi-los e antagonizá-los na luta por uma vida melhor. A África não pode gozar de soberania enquanto os africanos atacarem outros africanos em vez de se unirem e permanecerem juntos para resolver problemas comuns.

Conclusão: Comunhão para a mudança

Um caminho diferente de desenvolvimento era e ainda é possível para a África do Sul, mas se apenas o beco sem saída das políticas neoliberais for abandonado, e se for adotado o *delinking* dos circuitos mais destrutivos da economia mundial. A busca pela soberania africana requer outra luta de libertação – uma segunda descolonização por assim dizer – pela qual as inúmeras formas de resistência social encontradas em vários países africanos devem se reunir em nível local, nacional, regional e continental. Além de se desligar do imperialismo e rejeitar o poder subimperial, as tendências ecossocialistas, feministas, anti-imperialistas e antixenofóbicas do movimento de mudança da África do Sul podem se unir em torno de um projeto de “comungar”, ou seja, compartilhar os recursos do país e do continente por meio de uma ação coletiva “de baixo para cima” que coloque a satisfação ecologicamente correta das necessidades humanas acima da busca pelo lucro privado. O objetivo é erradicar todas as formas de exploração e opressão.

Existem disputas, naturalmente, em relação a como mensurar tal ativismo. Um indicador, apoiando-se nas principais menções da mídia à dissidência, é uma base de dados financiada pelo Pentágono americano (o “Projeto Minerva”) que sugere níveis crescentes de protestos a partir do início dos anos 2010. O pico numérico foi em setembro de 2019, quando tanto a violência baseada em gênero quanto a xenofobia grassaram em toda a África do Sul, gerando uma resistência substancial (ACLED Project, 2020).

Esses incluem, como já mencionado acima, batalhas diárias sobre as condições de produção e reprodução social da mão de obra. A mais notória foi o Massacre de Marikana de agosto de 2012, que catalisou ondas de raiva dos trabalhadores que levaram a uma forte tempestade de greves selvagens⁸, por exemplo, nos vinhedos do Cabo Ocidental, resultando em uma duplicação do salário diário. Os trabalhadores sul-africanos fornecem o melhor antídoto em longo prazo para as tendências discutidas acima, e mesmo os líderes do CNA não podem suprimir completamente as energias de uma classe trabalhadora muitas vezes julgada como a mais militante do mundo (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2017). Naturalmente, os ativistas trabalhistas

⁸ N.T. Greves que se desenvolvem de forma independente de qualquer estrutura sindical.

fiéis ao CNA criaram divisões nos principais sindicatos, levando a uma cisão em 2013-2014 da maior federação em duas, e o governo, por sua vez, impôs novas exigências às greves de que cumpram os requisitos de uma votação e de um salário submínimo subsidiado para os trabalhadores jovens.

Os movimentos sociais radicais e prolíficos manifestantes comunitários também expressaram insatisfação e sofreram às vezes uma repressão extrema (NGWANE, 2019). Em uma época anterior de dissidência no final dos anos 1990, esses “protestos de prestação de serviços” conquistaram uma importante vitória: uma política de Serviços Básicos Gratuitos que fornecia o mínimo de abastecimento de água e eletricidade (pelo menos 25 litros/pessoa/dia e 50 kWh/mês). Mais recentemente, as mais importantes vitórias incluem a educação superior gratuita fornecida a 90% dos estudantes universitários e técnicos universitários após as revoltas nacionais de 2015-2017. A vitória também incluiu o “*in-sourcing*” de trabalhadores mal remunerados, de volta aos empregos universitários⁹.

Mas sem dúvida, a estratégia comum melhor sucedida da África do Sul foi a aquisição, no início dos anos 2000, de medicamentos antiretrovirais para combater a aids. Esses são hoje fornecidos gratuitamente pelo Estado, tendo sido outrora de competência do capital global. Eles são responsáveis por reverter o dramático declínio na expectativa de vida da África do Sul entre 1990-2005 (WORLD BANK, 2020).

Como centenas de milhares de pessoas morreram desnecessariamente na luta para ter acesso aos medicamentos contra a AIDS, este exemplo é o mais espetacular. A campanha bem-sucedida refletiu quatro características que qualquer projeto pós-neoliberal deveria abraçar: *descompactação* (de medicamentos que custam mais de US\$ 15.000/ano que agora são gratuitos); *destratificação* do acesso (agora alcança a mais de cinco milhões de sul-africanos); *desvinculação e desglobalização do capital* (existem agora instalações de produção de medicamentos genéricos em muitas cidades africanas); e *solidariedades globais* contra as poderosas forças multinacionais. Ao saltar de escala, a Campanha de Ação de Tratamento da África do Sul enfrentou as grandes farmacêuticas globais, os governos da África do Sul e dos Estados Unidos, e a Organização Mundial do Comércio. Em 2004, antes do acesso aos medicamentos, a expectativa de vida era de 52 anos, e em 2019 subiu para 64: uma extraordinária vitória pós-neoliberal.

A solidariedade também é cada vez mais comum como um modo de resistência do dia a dia. Em todas as cidades da África do Sul, ativistas interessados em garantir o acesso à água e à eletricidade têm tentado desenvolver o que já era uma tática de sobrevivência popular na época do *apartheid*: reconectar a água e a eletricidade ilegalmente, uma vez que ela foi desconectada por funcionários do estado por falta de pagamento; só no Soweto, a proporção de conexões ilegais de eletricidade havia aumentado para 80% (LE CORDEUR, 2016). O problema mais sério com a comuna informal, é que uma vez que a infraestrutura de água é explorada por encanadores da cidade (muitos trabalham por uma pequena taxa), as fugas são exacerbadas, e a qualidade da água às vezes é comprometida. Da mesma forma, como as linhas elétricas usam conexões ile-

⁹ N.T. *In-sourcing* se refere ao movimento contrário ao de terceirização, isto é, refere-se ao aumento do emprego interno e da oferta de suprimentos e produtos da cadeia de produção e serviços de uma empresa ou organização.

gais, o limite de capacidade de todo o sistema municipal é desafiado, e o fornecimento de energia elétrica colapsa regularmente. As eletrocussões acidentais tornam-se mais frequentes à medida que os fios condutores de energia elétrica cruzam as vias para pedestres. A resposta típica em curto prazo de um ativista do Comitê de Crise Elétrica do Soweto é embarcar em treinamento técnico que enfatiza o isolamento e o reparo eficaz das tubulações.

Em resumo, o desafio para os sul-africanos comprometidos com uma sociedade, uma economia e uma ecologia diferentes é combinar humildemente os ganhos limitados que os movimentos sociais alcançaram até agora (em muitos casos, combinados com derrotas regulares no terreno econômico) com as crescentes ambições que são necessárias para corresponder à escala da crise sistêmica e à extensão atual do protesto social. Existem problemas ideológicos, estratégicos e materiais que a esquerda independente da África do Sul não conseguiu superar, incluindo a divisão entre correntes autonomistas e socialistas, e a falta de respeito mútuo por várias tradições de esquerda, incluindo o comunismo tradicional, o trotskismo, o anarquismo, o sindicalismo, a Consciência Negra e o feminismo. Uma abordagem sintética de cima para baixo ainda parece impossível.

Lutas *unicomunitárias* e *unitemáticas* são blocos de construção importantes na campanha para manter o fogo da luta e da esperança ardente entre as várias seções da classe trabalhadora. Mas a militância dos manifestantes comunitários deve se combinar com a dos trabalhadores organizados e desorganizados, estudantes e jovens desempregados, mulheres lutando contra o estupro e o patriarcado. Uma construção consciente e planejada para uma revolta pode fornecer uma base para o trabalho e campanhas conjuntas, com o objetivo de conquistar vitórias parciais e fortalecer os laços entre as diferentes seções do movimento operário. A explosão das massas mostrará um vislumbre do que é possível quando o movimento da classe trabalhadora está se movendo em conjunto em solidariedade e ação. Ela libertará a energia criativa que gerará novas ideias e métodos de auto-organização e luta. Gerará convulsões históricas que podem mudar o equilíbrio de forças, proporcionando aos movimentos emergentes metas que podem ser generalizadas além do local e da seção. Restaurará a esperança na visão de que as coisas podem ser diferentes, que um mundo melhor sem opressão e exploração é possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROA (Alternative Report on Africa). First issue terms of reference for country studies. Unpublished paper. Dakar: ENDA, 2019.

AMIN, Samir. *Delinking*. London: Zed Books. 1990.

ACLED (Armed Conflict Location and Event Data Project). Dashboard. Brighton: University of Sussex, 2020. Disponível em: <https://www.acleddata.com/dashboard>. Acesso em: <completar>. AVERBACH, Mon. On Trotsky's letter to South Africa. *Revolutionary History*, v. 4, n. 4, p. 131-133, 1936.

BOND, Patrick. *Elite Transition*. London: Pluto Press, 2014.

BOND, Patrick; GALVIN, M. Water, food and climate commoning in South African cities. In: VIVERO-POL, José L.; FERRANDO, Tomaso *et al.* (ed.). *Routledge Handbook of Food as a Commons*. London: Routledge, 2019. p. 231-248. Disponível em: <https://www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-Food-as-a-Commons/Vivero-Pol-Ferrando-Schutter/Mattei/p/book/9781138062627>. Acesso em: <completar>.

BOND, Patrick; MALIKANE, Christopher. Inequality caused by macro-economic policies during overaccumulation crisis. *Development Southern Africa*, v. 36, n. 6, p. 1-18, 2019. DOI: [10.1080/0376835X.2019.1701416](https://doi.org/10.1080/0376835X.2019.1701416). Acesso em: <completar>.

EUROMONITOR. Income inequality ranking of the world's major cities, 31 out. 2017. Disponível em: <https://blog.euromonitor.com/income-inequality-ranking-worlds-major-cities/>. Acesso em: <completar>.

FINE, Ben. The minerals-energy complex is dead: Long live the MEC? *Amandla Colloquium*, 2008. Disponível em: http://www.amandlapublishers.co.za/component/option,-com_docman/task,cat_view/g_id,100/Itemid,163/. Acesso em: <completar>. FINE, Ben; RUSTOMJEE, Zavareh. *The Political Economy of South Africa*. Johannesburg: Wits University Press, 1996.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Fiscal Monitor: managing public wealth*. Washington, D.C., 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/October/pdf/fm1802.ashx?la=en>. Acesso em: <completar>.

KEYNES, John Maynard. National self-sufficiency. *The Yale Review*, v. 22, n. 4, p. 755-769, 1933. Disponível em: <https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/interwar/keynes.htm>. Acesso em: <completar>.

KUHN, Annette; WOLPE, AnnMarie (ed.). *Feminism and Materialism*. London: Routledge: Kegan Paul, 1978.

LE CORDEUR, Matthew. Eskom to waive Soweto users' debt – On condition. *Fin24*, maio 2016.

MAGUBANE, Ben. The social construction of race and citizenship in South Africa. Working paper. *UN Research Institute for Social Development, Geneva*, 2001. Disponível em: [http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/\(httpAuxPages\)/F1E2C56AA5442BD-7C1256BDE002FBDC9?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpAuxPages)/F1E2C56AA5442BD-7C1256BDE002FBDC9?OpenDocument). Acesso em: <completar>.

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian interdependence and imperialist integration. *Monthly Review*, v. 17, n. 7, p. 14-24, 1965.

MASONDO, David. Capitalism and racist forms of political domination. *Africanus*, v. 37, n. 2, p. 66-80, 2007. Disponível em: <https://journals.co.za/content/canus/37/2/EJC22647>.

MBEKI, Thabo. Two worlds: Two economies. *South African Labour Bulletin*, v. 28, n. 2, p. 10-11, 2004. Disponível em: <http://www.southafricanlabourbulletin.org.za/articles/two-worlds-two-economies>.

NGWANE, Trevor. Insurgent democracy: Post-apartheid South Africa's freedom fighters. *Journal of Southern African Studies*, v. 45, n. 1, p. 229-245, 2019.

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK. *Quarterly Bulletin*, Pretoria, dez. 2019.

SCHWAB, Klaus. The fourth industrial revolution. *World Economic Forum*, Geneve, 2016. SPAULL, Nicholas. South Africa's education crisis. *Centre for Development and Enterprise Working Paper*, Johannesburg, out. 2013.

WOLPE, Harold. Capitalism and cheap labor power in South Africa: From segregation to apartheid. *Economy and Society*, v. 1, p. 425-456. 1972.

WORLD BANK. *Fiscal Policy and Redistribution in an Unequal Society*. South Africa economic update. Washington, D.C.: World Bank Group, 2014. v. 6. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2014/11/20339043/south-africa-economic-update-fiscal-policyredistribution-unequal-society>. Acesso em: <completar>.

WORLD BANK. *Little Green Data Book*. Washington, D.C.: World Bank Group, 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/239271500275879803/pdf/117480-PUB-Date-6-29-2017-PUBLIC.pdf>.

WORLD BANK. Life expectancy at birth. Washington, D.C.: World Bank Group, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN?locations=ZA-1W>.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2017-2018*. Davos, 2017. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

Abstract: The development of South Africa's contemporary political economy occurred in the context of a global capitalist order characterized by increasingly unequal political and economic relations between and within countries. Prior to liberation in 1994, many people around the world actively supported the struggle against apartheid. If the apartheid state was defeated, it retained enough strength to limit a radical transition. Since 1994, diminished sovereignty means that the foreign influences of global capitalism amplify local socioeconomic contradictions in a way that is destructive to the vast majority of citizens. This is evident when one considers economic, ecological, geopolitical, and societal considerations.

Keywords: South Africa. Sovereignty. Crisis. Subimperialism. Social Resistance.

Resúmen: El desarrollo de la economía política contemporánea de Sudáfrica tuvo lugar en el contexto de un orden capitalista global caracterizado por unas relaciones políticas y económicas cada vez más desiguales entre los países y dentro de ellos. Antes de la liberación en 1994, muchas personas de todo el mundo apoyaron activamente la lucha contra el apartheid. Si el Estado del apartheid fue derrotado, conservó suficiente fuerza para limitar una transición radical. Desde 1994, la disminución de la soberanía significa que las influencias extranjeras del capitalismo global amplifican las contradicciones socioeconómicas locales de forma destructiva para la gran mayoría de los ciudadanos. Esto es evidente cuando se tienen en cuenta consideraciones económicas, ecológicas, geopolíticas y sociales.

Palavras-clave: Africa del Sur. Soberanía. Crisis. Subimperialismo. Resistencias Sociales.